

Clipping n° 1161

, 17 Maio 2013 - 12:10:46

Monotípias Tipográficas é tema de palestra na Casa da Xilogravura No dia 8 de junho, às 17 horas, o museu Casa da Xilogravura promoverá a palestra Monotípias Tipográficas, ministrada pelo diretor vice-presidente da Oficina Tipográfica São Paulo, Cláudio Rocha. Na ocasião, Cláudio Rocha mostrará os caminhos que aproximam as artes gráficas das artes plásticas tradicionais com a evolução histórica do tipo para impressão gráfica, sua transição para o mundo digital, e avaliando o estado atual da produção de fontes gráficas. O evento é gratuito. Mais informações no número (12) 3662-1832 ou pelo e-mail contato@casadaxilogravura.com.br. Casa da Xilogravura

Livros distribuídos pelo MEC poderão ser impressos em papel reciclado Dois projetos de lei, cada um em tramitação na sua casa de origem Senado e Câmara estabelecem a mesma coisa: livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação (MEC) poderão ser impressos em papel reciclado. É o que propõe o PLS 612/07 do ex-senador Renato Casagrande e o PL 3016/2011 do deputado Edivaldo Holanda Junior. O PLS 612/07 já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado e, desde o último dia 3 de abril se encontra na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aguardando designação do relator. A CE é presidida pelo senador Cyro Miranda. Se aprovado nessa comissão, seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados. O PL 3016/2011 aguarda o parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara cujo deputado Augusto Carvalho foi designado relator no último dia 5 de abril. A matéria também será apreciada pelas comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). O PLS 612/07 estabelece que, até dois anos após a publicação da lei a que o projeto der origem, os livros em questão deverão ser produzidos com, pelo menos, 5% de fibras provenientes de material reciclado. A partir do quarto ano, todos os livros didáticos adquiridos pelo MEC para distribuição deverão conter, no mínimo, 25% de fibras oriundas da reciclagem de materiais. Já o texto do PL 3016/2011 estipula um prazo de tolerância de até quatro anos, a partir da data de vigência da lei, no qual será admitida a utilização de até 50% de material não reciclado na confecção do material didático. Abrelivros

Desoneração afeta ritmo das receitas do INSS O ritmo de crescimento da arrecadação das receitas previdenciárias e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos do Trabalho está desacelerando neste ano em decorrência do aumento das desonerações tributárias promovidas pelo governo federal. Mas a expectativa da área econômica é que os incentivos fiscais estimulem a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), ajudando a alavancar o recebimento de outros tributos. Segundo números da Receita Federal, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o recolhimento das receitas previdenciárias teve aumento real de apenas 3,54% no primeiro trimestre ante mesmo período do ano passado, R\$ 76,1 bilhões. Normalmente, a expansão desse tributo ficava próxima do aumento da massa salarial, que apesar de estar crescendo menos, ainda registra elevação de dois dígitos. Somente em março, essa receita caiu 3,97% ante 2012, em termos reais. A desaceleração das receitas previdenciárias é justificada pela substituição da cobrança da contribuição de 20% da folha de pagamento para um percentual sobre o faturamento de empresas de 40 segmentos econômicos até março. Em abril, o

o número de setores beneficiados subiu para 42 com a inclusão do comércio varejista e da construção civil. **Arrecadação** Nos últimos anos, as contribuições previdenciárias tiveram importante participação na arrecadação de receitas administradas pelo Fisco. Isso porque, mesmo com a atividade econômica fraca, as receitas previdenciárias continuaram registrando altas taxas de expansão, puxadas pela contratação com carteira assinada e pelo aumento da renda, o que ajudou a compensar a queda de recolhimento de tributos ligados diretamente ao comportamento da economia brasileira. "Desde setembro, esse número apresenta desaceleração com a ampliação da desoneração da folha. Antes, o ritmo de crescimento era compatível com o da massa salarial", frisou um técnico da área econômica. A massa salarial teve alta de 11,33% no primeiro trimestre ante mesmo período de 2012. No acumulado do bimestre, esse aumento foi de 12,02% ante os dois primeiros meses do ano passado. Para o economista da consultoria Tendências, Felipe Salto, em março, foi possível sentir, de fato, o impacto das desonerações na receita previdenciária. Em termos nominais, disse, o aumento da arrecadação dessa contribuição foi de 2,36% em março ante mesmo mês de 2012. Nos meses de janeiro e fevereiro ante os mesmos meses de 2012, a alta foi de 10% e 19%, respectivamente. **Queda real** No caso do Imposto de Renda Retido na Fonte-Rendimentos do Trabalho, houve uma queda real de 4,49% no trimestre ante mesmo período de 2012, totalizando R\$ 20,989 bilhões. O desempenho, segundo uma fonte da área econômica, está diretamente ligado ao fato de que começou a vigorar neste ano o novo regime de tributação para cobrança de IR sobre participação de lucro ou resultado da empresa. Normalmente, esses pagamentos ocorrem no mês de março. Por isso, somente em março, a baixa real na arrecadação desse tributo foi de 10,03%. No final do ano passado, a presidente Dilma Rousseff editou a MP 597 para isentar o trabalhador que ganha anualmente até R\$ 6 mil em participações do imposto, o que começou a vigorar esse ano. Pela nova tabela, quem obteve de R\$ 6.000,01 a R\$ 9 mil, a alíquota de contribuição é de 7,5%. De R\$ 9.000,01 a R\$ 12 mil, de 15%. De R\$ 12.000,01 a R\$ 15 mil, de 22,5%. E acima de R\$ 15 mil, de 27,5%. Com a edição da Medida Provisória, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional, o governo atendeu um pleito antigo das centrais sindicais. No primeiro trimestre deste ano, a arrecadação de tributos pela Receita Federal somou R\$ 271,7 bilhões, o que representa uma queda real de 0,48% na comparação com o mesmo período do ano passado. (Fonte: Valor Econômico)

Aprovado projeto que promove igualdade profissional entre gêneros A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira (15), substitutivo a projeto de lei do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) com objetivo de promover igualdade de gênero no âmbito profissional. A proposta prevê medidas que asseguram à mulher iguais condições de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho, tanto no meio urbano como no rural. Agora, a proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, em decisão terminativa, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Pelo texto aprovado na CAS, as diferenças e especificidades inerentes à condição feminina não justificam tratamento diferente no trabalho. Práticas discriminatórias contra a mulher, segundo a proposta, darão direito à indenização em favor da vítima, sem prejuízo da ação penal cabível. Em seu parecer, a relatora do projeto de lei do Senado (PLS 136/2011), senadora Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que discriminação impede a mulher de alcançar o mesmo sucesso profissional que o homem. **Discriminação** - A discriminação dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural, além de restringir o pleno desenvolvimento das suas potencialidades para exercer seus direitos fundamentais, prestar serviços a seu país e à humanidade observou a senadora. O substitutivo inclui na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943) práticas consideradas discriminatórias contra a mulher. Entre outras, é vedado o pagamento de remuneração menor que a paga a trabalhador do sexo masculino quando a mulher desenvolve a mesma função ou atividade; o adiamento de ocupação de cargos e funções, promoção e dispensa com concorrente do sexo masculino; e o controle de condutas que impeçam a participação da mulher no ambiente de trabalho em igualdade de condições. Pelo substitutivo, as políticas e ações afirmativas a serem instituídas devem observar o compartilhamento equânime das responsabilidades, a conciliação entre vida pessoal, familiar e laboral para evitar tensões e igualdade de oportunidade. (Fonte: Agência Senado)

Brasília (DF): MTE divulga balanço de trabalho estrangeiro em 2013 A Coordenação Geral de Imigração do Ministério

do Trabalho e Emprego (CGI/MTE) concedeu 15.064 autorizações de trabalho a estrangeiros, no primeiro trimestre deste ano, sendo 698 permanentes e 14.366 temporárias. Do total das autorizações concedidas 13.659 foram para homens e 1.405 para mulheres. **Foram concedidas 15.064 autorizações de trabalho a estrangeiros no primeiro trimestre de 2013.** Foram concedidos 5.994 vistos com prazo de até 90 dias, 3.195 com prazo de até um ano, 1.182 com prazo de até dois anos com contrato de trabalho no Brasil e 3.995 com prazo de até dois anos sem contrato de trabalho no Brasil.

Os portugueses e espanhóis foram os profissionais estrangeiros que mais receberam visto de trabalho, com prazo de até dois anos e contrato de Trabalho no Brasil, nos três primeiros meses deste ano: 197 e 118, respectivamente.

Em relação às autorizações permanentes, das 698 concedidas entre janeiro e março deste ano, 297 foram para investidor pessoa física, 378 para administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e similares e 23 para outros. Na categoria investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil a concessão de vistos é liderada pelos italianos (72 vistos) e portugueses (70 vistos).

Para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira foram concedidos 3.859 vistos neste primeiro trimestre. Para estrangeiro na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício, foram concedidos 2.683 vistos e para assistência técnica por prazo de até 90 dias, sem vínculo empregatício, foram concedidos 3.311.

Já para assistência técnica, cooperação técnica e transferência de tecnologia, sem vínculo empregatício, foram concedidos 1.565 vistos. Para especialista com vínculo empregatício, 1.120 vistos, marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo operando em águas brasileiras, 1.613 e 215 para outros.

Nos três primeiros meses do ano, 1020 estrangeiros tiveram a estada no país prorrogada enquanto 267 tiveram os vistos de temporários transformados em permanentes.

CNIg No primeiro trimestre do ano, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg/MTE) concedeu 660 autorizações diversas para estrangeiros, sendo 519 permanentes e 141 temporárias. Do total das autorizações concedidas 481 foram para pessoas do sexo masculino e 179 para o sexo feminino. Foram concedidos 408 autorizações de caráter humanitário, 97 a estrangeiro em união estável com brasileiro e 155 a outras categorias.

Em termos gerais, em relação ao mesmo período de 2012, houve um decréscimo de -62% no número de autorizações concedidas pelo CNIg. Já as autorizações concedidas a estrangeiro em união estável com brasileiro caíram -10%, e a maioria foi para portugueses, sendo o destino mais procurado foi o estado de São Paulo, 17 autorizações concedidas.

As autorizações para a concessão de vistos em caráter humanitário diminuíram -71% em relação ao mesmo período do ano passado. Quase todas foram para haitianos, 407 no total, sendo que os destinos mais procurados foram o Acre (222) e Amazonas (174). Fonte: Força Sindical

Jorge Caetano Fermino